

Pais decidem só pagar se houver aula

Revoltados por serem obrigados a pagar as mensalidades escolares dos filhos mesmo durante a greve dos professores, que paralisa os colégios particulares, pais de alunos decidiram partir para a guerra. Caso as aulas não recomecem, a Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro (Apaerj/RJ) entrará na Justiça segunda-feira com uma ação civil pública, para conseguir a suspensão do pagamento. A Apaerj pedirá também que as futuras mensalidades sejam pagas somente depois de transcorrido o mês de aulas, e não adiantado como é feito atualmente.

Além disso, a associação quer a apuração das denúncias de aumentos abusivos

das mensalidades e que, em caso de confirmação, as escolas sejam responsabilizadas civilmente. A Apaerj pensou na saída judicial baseando-se na jurisprudência criada por duas ações: a do pai Mário Roberto Faria, que obteve liminar do juiz da 25ª Vara Cível, Roberto Guimarães, garantindo o não pagamento das mensalidades de seu casal de filhos enquanto durar a greve; e de uma liminar concedida pela 11ª Vara Cível de Minas Gerais, garantindo o pagamento das mensalidades somente no último dia do mês.

Se a paralisação continuar, as escolas poderão ser obrigadas também a cumprir o currículo e a carga horária, sem prejuízo das férias dos alunos. Isso acontecerá se for criada jurisprudência após o julgamento da ação principal movida pelo escrevente de Justiça Mário Roberto de Farias. O advogado Adolpho Andrade Mello Júnior, que representa Ana Luiza e Pedro Alberto Schiller de Faria, filhos de Mário Roberto, entrará com ação pleiteando a medida.

Adolpho Andrade Mello Júnior disse

que Ana Luiza está cursando o 3º ano do segundo grau, no Ginásio Integrado Magdalena Khan, na Gávea, e, portanto, fará exame vestibular no final do ano. "Portanto, havendo atraso na prestação do serviço, por parte da escola, ela poderá sofrer um prejuízo maior", explicou. No seu entender, administrar a reposição das aulas é um problema interno da escola.

Ontem à tarde, no Sindicato das Escolas Particulares, não foi encontrado qualquer diretor para comentar as questões levantadas pelos pais de alunos.

Manifestação — Pela manhã, alunos e representantes da Apaerj estiveram numa reunião do Conselho Estadual de Educação, para tentar uma solução para o impasse criado pela paralisação e pedir o retorno às aulas. Muitos mostravam-se revoltados com a continuidade do pagamentos das mensalidades, achando injusto que as escolas cobrem por um serviço que não estão prestando. Presente à reunião, a secretária estadual de Educação, Fátima Cunha, se comprometeu

a intermediar as negociações entre professores e os colégios, para que as aulas recomecem.

O presidente da Apaerj, Jorge Esch, 38 anos, reclamou muito da atuação do Conselho de Educação, que publicou no *Diário Oficial* do último dia 30 abril o teto das mensalidades cobradas este mês pelas escolas do Rio. "Descumprindo a Medida Provisória 176, o Conselho não analisou as planilhas de custos das escolas para estipular os aumentos", disse. Em vez de estudar as planilhas de custos, o Conselho, segundo ele, tomou apenas como base para o cálculo do reajuste das mensalidades os valores mandados pelas escolas, referentes a dezembro de 88. Muitos desses valores, afirmou, já estavam na época muito acima do que deveria ser cobrado. "Por isso, muitas mensalidades publicadas no *Diário Oficial* são irregulares. Cerca de 40% dos valores publicados estão acima dos permitidos pela Medida 176", concluiu Jorge Esch.